



Congresso aprova urgência para analisar veto aos royalties



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em sessão conjunta, senadores e deputados aprovam regime de urgência para analisar o veto, que passa à frente de outros 3 mil a serem examinados

Deve acontecer na próxima semana votação sobre cancelamento da proposta de partilha em contratos já firmados

Depois de mais de três horas de discussão, parlamentares dos estados não produtores de petróleo comemoraram a aprovação da urgência. Representantes do Rio de Janeiro e do Espírito Santo apontam descumprimento dos regimentos internos e planejam recorrer ao Supremo Tribunal Federal para cancelar a decisão, que consideram inconstitucional. **5**

Motorista alcoolizado vai pagar multa de quase R\$ 2 mil **8**

Comissão mista aprova documentos estratégicos sobre defesa nacional **6**



Gerardo Menges/Agência Senado

Na audiência pública, João Batista de Rezende, Eduardo Braga e Eduardo Levy

Para Anatel, melhoria na telefonia celular é insuficiente

Em audiência no Senado, o presidente da Anatel, João Batista de Rezende, disse que punições obrigaram

operadoras a aumentar investimentos, mas que a melhoria nos serviços ainda não foi suficiente. **7**



Ayres Britto discursa ao receber a Comenda da Ordem do Congresso, a mais alta condecoração do Legislativo brasileiro

Marcos Oliveira/Agência Senado

Ministros do STF recebem condecoração

Os ministros do STF Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia e o ministro aposentado Carlos Ayres Britto foram homenageados ontem com a Comenda

da Ordem do Congresso Nacional. Na solenidade, o presidente do Senado, José Sarney, destacou a harmonia entre os Poderes Judiciário e Legislativo. **2**

Votação do Orçamento deve ser concluída na quarta-feira **4**

Estatuto dos ciganos será debatido nos estados **8**



Gerardo Menges/Agência Senado

Ana Amélia, Amaro Lins, Jayme Campos, Miraci Mendes e Luiz Roberto Curi participam de audiência sobre o Ato Médico

Projeto de lei do Ato Médico passa na Comissão de Educação

O polêmico projeto de lei que estabelece as atividades que cabem exclusivamente aos médicos e as veta às demais profissões da saúde foi

aprovado ontem na Comissão de Educação. A proposta deve ser votada na semana que vem na Comissão de Assuntos Sociais. **3**

Congresso homenageia ministros do Supremo

Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e o aposentado Ayres Britto recebem a mais alta condecoração do Legislativo brasileiro e destacam, na cerimônia, a harmonia existente entre os Três Poderes

OS MINISTROS DO Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski e o ministro aposentado da mesma Corte Ayres Britto receberam ontem a Comenda da Ordem do Congresso Nacional, a mais alta condecoração do Legislativo brasileiro, no grau de Grã-Cruz. O ex-ministro do STF Cezar Peluso também seria homenageado, mas não pôde comparecer.

A comenda, criada pelo Congresso para homenagear pessoas e instituições nacionais ou estrangeiras dignas do especial reconhecimento do Poder Legislativo, foi concedida pelo presidente do Senado, José Sarney, grão-mestre da ordem, e pelo presidente da

Câmara dos Deputados, Marco Maia, chanceler da ordem.

Ao traçar os perfis e as trajetórias dos agraciados e justificar a inclusão dos três no restrito grupo de homenageados com a honraria, Sarney assinalou a relevância do papel do Supremo e da harmonia entre Judiciário e Legislativo para a consolidação da democracia. O presidente do Congresso ressaltou também que a escolha dos três pelo Parlamento reflete não apenas o reconhecimento dos deputados e senadores, mas de toda a população e dos estados representados.

— Vossas Excelências são figuras que deram ao Brasil o exemplo da prestação da Justiça e se credenciaram a

admiração e reverência de todos os brasileiros. O que faz o Congresso Nacional é manifestar de público essa reverência. Quero agregar a minha honra pessoal e minha felicidade de presidir esse ato de justiça e reconhecimento — disse Sarney.

Agradecimento

Ao agradecer em nome dos homenageados, Ayres Britto também destacou a boa relação entre os Três Poderes e afirmou que a honraria é ainda maior por ter sido entregue por Sarney, que, de acordo com o ex-presidente do Supremo, “encarna a própria harmonia” existente entre as instituições brasileiras e representa o ponto de unidade da Federação brasileira.

— Esse requisito fundamental da harmonia entre os poderes tem em Vossa Excelência um símbolo muito forte e até um sentido de encarnação. O presidente Sarney historicamente encarna a harmonia, a conciliação. É o ponto de contato, é o ponto de fusão, é o ponto de harmonia entre polaridades necessariamente e inevitavelmente contrapostas — disse Ayres Britto.

Ordem do Congresso foi criada em 1972 e tem 22 integrantes

Criada pelo Decreto Legislativo 70/72, a Ordem do Congresso Nacional possui um conselho, composto por 11 senadores e 11 deputados, que analisa as solicitações de ingresso. O grão-mestre é o presidente do Senado,

enquanto o chanceler é o presidente da Câmara. Ambos são grão-colares, a mais alta classe entre as seis que compõem o grupo, que incluem ainda: grã-cruz, grande oficial, comendador, oficial e cavaleiro.



Entre Lewandowski, Cármen Lúcia e Ayres Britto, Marco Maia e Sarney aplaudem os homenageados com a condecoração

Dirigentes de agências podem ter que prestar contas anualmente

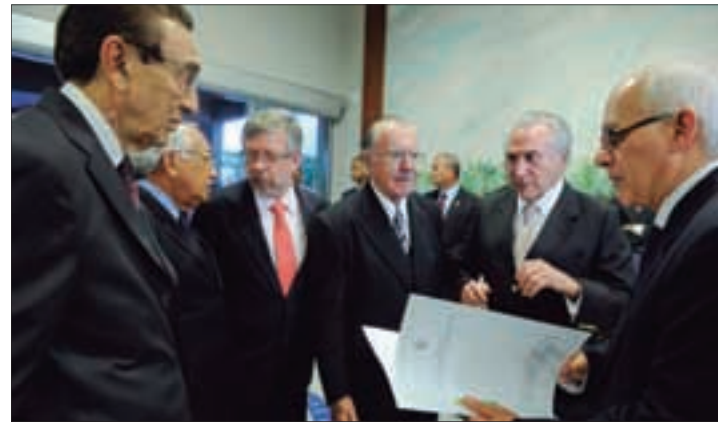
Proposta que determina prestação de contas anual dos dirigentes de agências reguladoras ao Senado foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A PEC 89/11 passará agora por dois turnos de votação em Plenário antes de ir à Câmara. O autor da PEC, Walter Pinheiro (PT-BA), destacou que esses dirigentes “têm a responsabilidade de decidir e implementar políticas públicas relativas a serviços e atividades fundamentais para o país”. O relator foi Anibal Diniz (PT-AC).

Aprovada criação do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica

A criação do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça e segue ao Plenário em regime de urgência. O objetivo é permitir a contratação de profissionais de nível superior nas áreas de saúde, ciências exatas e humanas, infraestrutura e atendimento sanitário. O relator, José Pimentel (PT-CE), recomendou a aprovação. O PLC 104/12 foi aprovado também pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Adiado depoimento do presidente da Anac sobre possíveis fraudes

Foi cancelada a audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) que ouviria ontem o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo dos Guarany, sobre suspeitas de fraudes no órgão levantadas pela Polícia Federal durante a Operação Porto Seguro. Nova data para a reunião ainda será agendada. Rubens Vieira, ex-diretor da Anac, é um dos suspeitos de participar de fraudes em pareceres técnicos de órgãos federais.



Lobão, Gastão, Maia, Sarney e Temer se reúnem na Base Aérea de Brasília

Duas décadas depois, Sarney volta hoje a ocupar a Presidência da República

Vinte e dois anos após deixar a Presidência da República, o presidente do Senado, José Sarney, volta hoje ao cargo.

Sarney é o terceiro na linha de sucessão da presidente Dilma Rousseff. Ela, o vice-presidente da República, Michel Temer, e o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, estão fora do Brasil.

Ontem à noite, na Base Aérea de Brasília, Marco Maia recebeu o cargo do presidente em exercício, Michel Temer, que viajou para Portugal. Maia seria presidente por poucas horas, já que de madrugada iria para o Panamá.

Sarney foi à base aérea para a cerimônia de transmissão

do cargo a Maia. Também acompanharam o evento os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e do Turismo, Gastão Vieira, e o deputado Zequinha Sarney (PV-MA).

José Sarney foi presidente do país de 1985 a 1990. Eleito vice, foi empossado presidente em 15 de março de 1985, devido à internação de Tancredo Neves, que morreria em 21 de abril do mesmo ano.

Na segunda-feira passada, questionado sobre a possibilidade de voltar à Presidência da República, Sarney declarou que estava pronto para cumprir o dever:

— Cumprirei o que determina a Constituição.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada por três MPs

10h A pauta está trancada por três medidas provisórias (MP 577/12, MP 578/12 e MP 584/12) que tratam, respectivamente, de intervenção no setor elétrico, estímulos à economia e isenções tributárias para os jogos olímpicos.

CRA Ministra discute cultura de algodão e soja

8h30 Para debater as consequências econômicas da proibição da aplicação de ingredientes ativos na cultura do algodão e da soja, a Comissão de Agricultura ouviu, entre outros, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

CDH Crimes cometidos em cruzeiros internacionais

9h Em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, denúncias de crimes e violação de direitos humanos contra tripulantes e passageiros de navios de cruzeiros internacionais.

CMO Reunião extraordinária

10h Reunião extraordinária da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para deliberação de matérias.

CRE Indicações de embaixadores para três países

10h Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sabatinam três indicados para embaixadas no Quênia, no Irã e na Turquia.

CAS/CMA/CDR/CCT Normas para a infraestrutura das telecomunicações

10h Audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Sociais, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento e Turismo e de Ciência e Tecnologia para debater o projeto que trata das normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde, associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no país.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Avança regulamentação da atividade dos médicos

Proposta prevê atividades que são exclusivas dos médicos e é criticada por outros profissionais da saúde; texto agora será votado pela Comissão de Assuntos Sociais

O PROJETO DE lei do Ato Médico, que estabelece quais atividades cabem exclusivamente aos médicos, foi aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta agora será votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Em seguida, irá para o Plenário do Senado.

A aprovação se deu por unanimidade, logo depois de uma audiência pública sobre o tema, promovida pela CE e pela CAS, em que foram ouvidos representantes dos Ministérios da Saúde e da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

O projeto é polêmico. Enfermeiros, psicólogos e demais profissionais da saúde temem ter as atividades cerceadas pelas normas previstas.

As principais divergências se referem ao artigo 4º, em que estão definidas as

atribuições exclusivas dos médicos. Entre elas, estão a formulação de diagnóstico nosológico e a respectiva prescrição terapêutica; a indicação e execução de intervenção cirúrgica e prescrição de cuidados médicos pré e pós-operatórios; a indicação da execução e execução de procedimentos invasivos; e a execução de sedação profunda, bloqueios anestésicos e anestesia geral.

Residência médica

De acordo com o texto, são privativos dos médicos o ensino de disciplinas especificamente médicas e a coordenação dos cursos de graduação em Medicina, dos programas de residência médica e dos cursos de pós-graduação específicos para médicos.

O relator da matéria na CE, Cássio Cunha Lima (PSDB-

PB), optou por manter o texto já aprovado anteriormente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na opinião dele, a redação acatada pela CCJ é a que “melhor atende às demandas das outras categorias profissionais interessadas no projeto de regulamentação da medicina”.

Na audiência pública, a coordenadora-geral da Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde, Miraci Mendes, elogiou o texto em debate, mas afirmou que ainda existem resistências a alguns pontos da proposta por parte de conselhos profissionais ligados à área da saúde.

Para ela, “seria fundamental continuar o diálogo”, a fim de alcançar um acordo entre todos os profissionais da área de saúde.

O secretário de Educação Superior do Ministério da

Educação, Amaro Henrique Lins, considerou importante a aprovação de um projeto que defina as atribuições dos médicos, mas lembrou que cabe ao profissional médico “trabalhar de forma harmoniosa em equipe”.

O representante do Conselho Nacional de Educação, Luiz Roberto Liza Curi, ressaltou a necessidade de flexibilização da formação dos profissionais de saúde, levando em conta a interdisciplinaridade.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a disputa entre os diversos profissionais da área de saúde em torno do projeto é a “prova mais cabal da crise da saúde brasileira”.

Cyro Miranda (PSDB-GO) recordou que o tema vem sendo debatido há mais de dez anos no Congresso Nacional.

Paulo Davim (PV-RN) considerou falsa a ideia de que existiria uma “guerra santa” entre os

diversos profissionais de saúde.

Waldemir Moka (PMDB-MS) pediu aos críticos da proposta que apontassem, com objetividade, onde estaria no projeto o impedimento do exercício de outras profissões.

João Capiberibe (PSB-AP) lembrou que existem 365 municípios no país onde não há nenhum médico. As equipes de profissionais de saúde desses municípios, observou, dependeriam de médicos residentes em outros municípios.

O texto aprovado ontem é um substitutivo da Câmara ao PLS 268/02. A reunião na CE foi presidida por Ana Amélia (PP-RS).

Reportagem do **Jornal do Senado** explica a polêmica do Ato Médico: <http://bit.ly/AtoMedico>



Senadores durante a aprovação do projeto do Ato Médico na Comissão de Educação: proposta regulamenta exercício profissional e determina quais atividades cabem exclusivamente aos médicos

Comissão prevê votar Ato Médico ainda este ano

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Jayme Campos (DEM-MT), prometeu colocar em votação na próxima quarta-feira, última reunião da comissão este ano, o projeto do Ato Médico, aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Ele destacou, entre as principais matérias votadas pela CAS em 2012, a regulamentação de profissões, como as de cuidador de pessoa idosa, taxista, historiador, técnico em sistema de segurança, comerciário e esteticista.

Na avaliação de Jayme, a regulamentação da profissão de cuidador de idoso se faz mais necessária porque a expectativa de vida do brasileiro vem aumentando. Segundo o IBGE, informou, o país tem 20 milhões de idosos, número que em 20 anos será de 52 milhões.

O presidente da CAS também destacou a discussão de temas relevantes para a saúde pública, como a expansão do mercado dos planos de saúde, a carência de médicos em certas regiões do país, a situação das unidades de tratamento intensivo (UTIs)

e as dificuldades enfrentadas por pacientes de alto risco.

Em relação à saúde da mulher, o senador ressaltou a aprovação dos projetos de lei que garantem vacinação contra o vírus HPV pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e cirurgia reparadora às vítimas de câncer de mama. Ambas as propostas são de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e já foram encaminhadas à Câmara.

Jayme lembrou que, por iniciativa dele, a CAS apresentou um projeto que concede incentivo fiscal às instituições

de apoio a pacientes de câncer. No entanto, após a matéria ter sido discutida na comissão e começado a tramitar, o governo editou uma medida provisória com o mesmo objetivo.

O presidente da CAS ressaltou a realização de um debate sobre acidentes com motos, tema da revista *Em Discussão*, do Senado. O debate, observou Jayme, levou os senadores da comissão a aprovar o adicional de periculosidade para os motociclistas, previsto no PLS 193/03, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Projeto que cria normas para profissão de juiz de futebol é rejeitado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem o substitutivo da Câmara ao projeto que regulamenta a profissão de árbitro de futebol (PLS 294/01). A matéria será votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A argumentação contrária ao texto — proposto pela CPI que em 2000 investigou irregularidades nas associações de futebol — foi suscitada por Pedro Taques (PDT-MT). Além de não ver como “razoável e constitucional” a regulamentação da atividade, o senador se opôs à tipificação da arbitragem fraudulenta como crime.

— Me parece uma legislação de emergência. Vou votar contra o projeto, pois não podemos criar uma pátria de profissões regulamentadas.

Após chamar de absurdo a criação desse tipo penal, Roberto Requião (PMDB-PR) acompanhou o voto contrário de Taques e foi seguido por Magno Malta (PR-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP), Anibal Diniz (PT-AC) e Eduardo Lopes (PRB-RJ).



O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Jayme Campos, na reunião em que fez um balanço dos trabalhos do colegiado ao longo de 2012

Crédito para ministérios e estados

Foram aprovadas pelo Congresso 16 propostas para órgãos dos Três Poderes e, pelo Senado, 4 projetos para a Previdência, Piauí e Rio Grande do Sul

O CONGRESSO APROVOU ontem, em sessão conjunta, 16 propostas de abertura de crédito suplementar para ministérios e outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Entre os projetos, destaca-se o PLN 15/12, que destina R\$ 1,78 bilhão para os Ministérios de Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte. Desse total, R\$ 1,68 bilhão será destinado ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Também passou o PLN 21/12, que destina pouco mais de R\$ 500 milhões para a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Os recursos vão para a manutenção de contratos de informática com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).

O PLN 10/12 reserva R\$ 809,2 milhões para diversos órgãos da Justiça e da Defesa. A Marinha brasileira, por exemplo, deverá receber R\$ 93,4 milhões para a manutenção da sua presença à frente da Força Interina das Nações

Unidas no Líbano (Unifil, na sigla em inglês).

Por sua vez, o Plenário do Senado aprovou quatro projetos de resolução da Casa (PRS) que autorizam a contratação de crédito internacional, com aval da União, pelos estados do Piauí e do Rio Grande do Sul, a ser beneficiado com duas operações. As propostas serão encaminhadas à promulgação.

O PRS 69/12 autoriza a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE), do Rio Grande do Sul, a contratar até US\$ 59,1 milhões junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Esses recursos são para financiar, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Para a mesma finalidade, o PRS 72/12 autoriza a companhia gaúcha a contratar operação de até US\$ 88,6 milhões junto ao BID.

Já o PRS 70/12 autoriza o Brasil a obter até US\$ 10 milhões do BID para o financiamento parcial da segunda fase do Programa de Apoio à

Dinheiro extra

Confira os beneficiários e os valores dos projetos que receberam aval do Congresso

	DESTINO	CRÉDITO
PLN 15/12	Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura, do Esporte	R\$ 1,78 bilhão
PLN 21/12	Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	R\$ 500 milhões
PLN 10/12	Ministérios da Justiça e da Defesa	R\$ 802,2 milhões
PLN 12/12	Ministérios do Planejamento e das Cidades	R\$ 37,5 milhões
PLN 14/12	Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, das Comunicações	R\$ 141,27 milhões
PLN 17/12	Senado, Justiça Federal, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Presidência da República e Ministério Público da União	R\$ 97,16 milhões
PLN 19/12	Encargos financeiros da União	R\$ 1,79 bilhão
PLN 20/12	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	R\$ 100 milhões
PLN 22/12	Ministério dos Transportes	R\$ 14,51 milhões
PLN 23/12	Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Poder Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, Presidência da República e Ministério das Relações Exteriores	R\$ 209,49 milhões
PLN 29/12	Ministérios da Previdência Social, do Trabalho, do Desenvolvimento Social	R\$ 9,03 milhões
PLN 31/12	Ministério da Saúde	R\$ 548,21 milhões
PLN 38/12	Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura, do Esporte	R\$ 1,70 bilhão
PLN 43/12	Ministérios da Justiça e da Defesa	R\$ 167,59 milhões
PLN 44/12	Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, do Turismo; encargos financeiros da União; operações oficiais de crédito	R\$ 1,40 bilhão
PLN 46/12	Ministérios da Justiça e da Defesa	R\$ 590,97 milhões

Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social.

Pelo PRS 71/12, o Piauí fica autorizado a contratar US\$ 12,7 milhões junto ao Fundo Internacional para o

Desenvolvimento Agrícola (Fida) para o financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido — Viva o Semiárido.

Senado terá sessão extraordinária na manhã de hoje

Presidindo a sessão de ontem, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comunicou ao Plenário o agendamento de nova sessão extraordinária do Senado para hoje, às 10h.

Ficou decidido ainda que a sessão ordinária de segunda-feira, às 14h, será deliberativa, ou seja, destinada à votação de matérias legislativas.

Os parlamentares pretendem limpar a pauta de votações da Casa nos dias 17 e 18 de dezembro.

Também em Plenário, Walter Pinheiro (PT-BA) informou que, na terça-feira, o Congresso deve se reunir para que os parlamentares apreciem o veto parcial da presidente Dilma Rousseff à Lei 12.734/12, que redistribui os recursos dos royalties do petróleo, ampliando a fatia que cabe aos estados e municípios não produtores. A urgência para a votação do veto foi aprovada ontem, em sessão conjunta.

A data e o horário da próxima sessão do Congresso ainda não foram marcados.

Orçamento 2013 deve ser aprovado em Plenário até quarta-feira



Parlamentares da CMO concluíram ontem votação dos 10 relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) encerrou às 23h30 de ontem a votação dos 10 relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2013 (PLN 24/12).

Os pareceres temáticos são Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Justiça e Defesa; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Saúde; Infraestrutura; Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; Poderes do Estado e Representação; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; Integração Nacional e Meio Ambiente; Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Com a aprovação desses relatórios, a próxima fase será a apresentação do

relatório-geral, que está a cargo do senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele e o presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), ressaltaram ontem a intenção de concluir a aprovação do Orçamento na terça-feira na comissão e, na quarta, em Plenário.

Também foi divulgado o parecer do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves (COI). O texto recomenda a paralisação de três empreendimentos em que foram apontados indícios de irregularidades graves. O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendava a paralisação de 22 empreendimentos.

Fundo do Centro-Oeste: relatório entregue

A comissão mista especial criada para analisar a Medida Provisória 581/12, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), recebeu ontem o relatório do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) com propostas de alterações. Mas os parlamentares pediram alguns dias para análise, e o relatório deve ser votado terça-feira.

O texto elaborado por Delcídio abrigou 19 das 54 emendas sugeridas, além de sugestões reunidas nas audiências públicas promovidas pela comissão.

Segundo Delcídio, a primeira alteração foi a inclusão do FDCO na Lei 12.712/12, sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, para aglutinar normas. Outra mudança atendeu reivindicação dos estados do Centro-Oeste: a possibilidade de outras instituições financeiras serem agentes operadores do FDCO, facilitando negociações locais. Ele deu ainda atenção especial à participação das cooperativas.

O relator acatou também pedidos de fortalecimento da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, órgão responsável por gerir o fundo e que, no texto original da MP, perdia parte de sua competência para o Ministério da Integração Nacional.

O relatório propôs a redução do *del credere* (remuneração

devida à instituição financeira pela concessão de crédito) a que os bancos administradores do fundo têm direito quando assumem o risco dos financiamentos. O objetivo seria preservar o patrimônio dos fundos e reduzir as receitas operacionais dos bancos.

Trecho que autoriza a União a dar crédito à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil também foi alterado, para incluir emenda do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O FDCO é um fundo contábil, com a finalidade de assegurar recursos para projetos de desenvolvimento em áreas prioritárias do Centro-Oeste, voltado para investimentos em infraestrutura.



Relator, Delcídio apresentou seu parecer à comissão em sessão com o deputado Pedro Chaves e o senador José Pimentel

Veto aos royalties pode ser votado terça-feira

Representantes de estados não produtores de petróleo conseguiram aprovar regime de urgência, após mais de três horas de discussão em sessão conjunta do Congresso

DEPOIS DE MAIS de três horas de discussão, o Congresso aprovou ontem regime de urgência para votar o veto parcial da presidente Dilma Rousseff à Lei 12.734/12, que redistribui os recursos de royalties para ampliar a fatia de estados e municípios não produtores. Com a aprovação da urgência, o veto passa à frente na fila dos mais de 3 mil que aguardam exame e pode ser votado terça-feira.

O texto original previa que os critérios para distribuição passarão a obedecer às regras do Fundo de Participação dos Estados, inclusive para os contratos em vigor. Com o veto parcial, as mudanças valem apenas para contratos futuros.

O requerimento foi aprovado por 348 deputados e 60 senadores e teve voto contrário de 84 deputados e 7 senadores. O pedido foi apresentado por parlamentares dos 24 estados não produtores, que comemoraram a aprovação.

O deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), responsável por



Em meio a protestos de representantes dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, parlamentares de estados não produtores comemoram aprovação da urgência

encaminhar a votação favorável à urgência, lembrou que a luta pela partilha igualitária começou há três anos. Segundo ele, a proposta de divisão entre todos foi votada cinco vezes no Congresso e venceu

“com esmagadora maioria” em todas as ocasiões.

— A sociedade brasileira já disse como quer que os royalties sejam divididos. Se esses recursos são da União, então são de todos os brasileiros

— afirmou o deputado, referindo-se ao artigo 20 da Constituição, que determina como de propriedade da União os recursos naturais existentes na plataforma continental.

O senador Inácio Arruda

(PCdoB-CE), ao votar pela urgência na derrubada do veto, explicou que, para os parlamentares, nenhum estado precisa perder nada, mas é fundamental assegurar o desenvolvimento igualitário.

Para parlamentares de RJ e ES, urgência atropela regimentos

Favoráveis à manutenção da Lei dos Royalties como sancionada pela presidente Dilma, parlamentares do Rio de Janeiro e do Espírito Santo avisaram que, com a eventual derrubada do veto, a questão será discutida na Justiça. O primeiro ponto a ser atacado será a legalidade da urgência para votação.

Segundo Magno Malta (PR-ES), o Regimento Interno da Câmara permite a urgência somente em casos de relevante e inadiável interesse nacional, o que não seria o caso da partilha dos royalties. Além disso, a proposta aprovada pelo Congresso mexeria em cláusula pétrea da Constituição, o que seria inconstitucional.

— O importante é entender que o Supremo Tribunal Federal há de julgar o texto da Constituição em suas vírgulas e haverá de fazer justiça — declarou.

Malta afirmou ainda que os parlamentares estão vendendo à população a ilusão de que royalties e petróleo são a mesma coisa e, por isso, pertencem a todos os brasileiros. De acordo com o senador, na verdade, os royalties são um pagamento pelo passivo ambiental e social da exploração do petróleo, uma espécie de “aluguel” a ser pago aos

estados onde o mineral é explorado.

Lindbergh Farias (PT-RJ) também criticou a forma como a urgência para a apreciação do veto foi aprovada pelo Congresso. Segundo ele, deputados e senadores “atropelaram” os Regimentos Internos do Congresso, do Senado e da Câmara.

— Poderíamos ter optado por um outro caminho, que talvez demorasse um pouco mais, mas seria o caminho correto. Os senhores vão ver depois: basta analisar com calma o Regimento Interno, que essa sessão tinha de ser convocada para este fim, votação da urgência do veto, e não foi isso o que aconteceu — reclamou Lindbergh.

Na avaliação dos senadores do Rio e do Espírito Santo, para ser votada a urgência, o requerimento deveria constar de forma explícita na convocação da sessão conjunta do Senado e da Câmara.

Wellington Dias (PT-PI), autor do projeto que deu origem à Lei dos Royalties (PLS 448/11), garantiu que a votação do pedido de urgência ocorreu de forma regimental e que o resultado apenas tornou mais democrática a divisão de recursos entre as unidades federativas do país.

Senador vê resultado “a favor de todos”

Após a votação, parlamentares manifestaram posições contrárias sobre o regime de urgência. De acordo com Wellington Dias, a aprovação da urgência não deve ser encarada como contrária à Presidência da República ou aos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, mas como um ato a favor do povo de todos os estados.

Ele pediu um entendimento até a data da votação do veto e defendeu uma regra de transição, para que os estados adaptem os orçamentos aos novos recursos. Na proposta do senador, os estados produtores receberiam o mesmo valor do ano anterior e, a partir do ano seguinte, haveria uma regra transitória por dez anos. Segundo Wellington, Rio de Janeiro e Espírito Santo ficam com mais da metade dos royalties, enquanto os outros estados ficam com menos de 47%. O senador apoiou a destinação dos recursos dos royalties para as áreas de educação, saúde e tecnologia.

— Hoje venceu o Brasil e o povo brasileiro — comemorou.

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou a estratégia das bancadas do Rio e do Espírito Santo. Para ele, elas usaram “uma articulação regimental”. Caiado ressaltou que a maioria, tanto de deputados quanto de senadores, foi muito significativa, já que 60 senadores e 348 deputados se manifestaram a favor da urgência. Ele observou, no entanto, que a aprovação da urgência foi vitória parcial.

— Terça-feira vamos comemorar a derrubada do veto, prevalecendo uma distribuição de riqueza mais harmônica — disse o deputado.

Recurso no STF

Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse que a intenção é reunir as bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo para questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) a validade da sessão de ontem. De acordo com o senador, houve vários artigos regimentais desrespeitados. O deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) acrescentou que o recurso ao STF é inevitável.

— Rasgaram a Constituição e o Regimento Comum — disse.

Francisco Dornelles (PP-RJ) classificou a sessão como “muito triste”, em que as regras foram desrespeitadas porque não foi assegurado o direito de a minoria se manifestar. Na opinião do senador, o veto jamais poderia ser votado na sessão que chamou de “Sobrenatural de Almeida”.

Lindbergh Farias (PT-RJ) também mostrou intenção de impedir a derrubada do veto na terça-feira e reiterou que, “se os estados não produtores ganharem, vai tudo para o STF, nós vamos judicializar”. Sobre a proposta de entendimento para partilha dos recursos, o senador respondeu que “não pode ser assim”, e avisou que, no âmbito da Justiça, as perdas para os outros estados podem ser muito maiores, pois pode voltar a prevalecer somente o direito já garantido aos estados produtores nos contratos antigos.

— O que eles conquistaram para o futuro, eles podem perder também — alertou Lindbergh.

SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL ADIA VOTAÇÕES NA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Realizada simultaneamente à sessão do Congresso, a reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se limitou a votar dois requerimentos extrapauta. A votação dos demais itens foi adiada para a próxima reunião.

A CDR aprovou requerimento de Lídice da Mata (PSB-BA) para a realização de audiência sobre o desabastecimento de milho no mercado interno, com a presença de representantes da Companhia Nacional de Abastecimento e da Associação Brasileira dos Produtores de Milho.

Também foi aprovado o requerimento de Eduardo Braga (PMDB-AM) para que o PLS 293/12 — que trata de políticas urbana, ambiental e de saúde para a instalação de infraestrutura de telecomunicações — seja apreciado em reunião conjunta de quatro comissões.

Projeto de Política Nacional de Defesa vai a Plenário

Três documentos estratégicos que estabelecem objetivos, diretrizes, estratégias e informações para a segurança do país foram aprovados ontem em comissão mista e seguem para análise dos senadores

A COMISSÃO MISTA de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) aprovou relatório do senador Jayme Campos (DEM-MT) sobre a proposta de três documentos: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o *Livro Branco da Defesa Nacional*. O projeto de decreto legislativo agora deve passar pelo Plenário do Senado.

A proposta (MCN 83/12) foi encaminhada pela Presidência da República e estabelece que tais documentos serão enviados ao Congresso a cada quatro anos, com as respectivas atualizações.

Durante a leitura do parecer,

Jayme protestou contra o fato de o Congresso não ter sido chamado a contribuir com a elaboração desses documentos estratégicos.

— O Legislativo possui corpo técnico qualificado para compor o grupo de trabalho que produziu os documentos.

O senador ressaltou a importância de fomentar no país uma “cultura da defesa nacional”. Na avaliação de Jayme Campos, as duas décadas de regime militar geraram “certa negligência” no tratamento da questão.

— Está na hora de a sociedade brasileira rediscutir o tema, sobretudo quando se desenvolvem diante de nós

ameaças à segurança nacional, contra as quais o simples aparato de defesa não pode fazer frente — observou.

A Política Nacional de Defesa “tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do poder nacional”. A Estratégia Nacional de Defesa estabelece como fazer o que se determinou na política. Já o *Livro Branco da Defesa Nacional* tem caráter público e por meio dele “se permitirá o acesso à informação sobre o setor de defesa do país”.



Na audiência, Rodrigo Rollemberg, Serys Slhessarenko e Cícero Lucena

Embaixador: sociedade precisa se engajar na questão climática

O embaixador André Corrêa do Lago, diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, afirmou que o combate às mudanças climáticas só pode ser feito com o envolvimento de todos os setores da sociedade.

A afirmação foi feita numa audiência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) destinada a discutir o estudo *Globe*, sobre legislação e manejo florestal.

— Os governos sozinhos não vão resolver mudança do clima. Mudança do clima vai ser resolvida com envolvimento de toda a sociedade: do Parlamento, da Justiça, da academia, dos cientistas, dos empresários — afirmou.

Para Adriano Santhiago de Oliveira, do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, é preciso envolver os níveis federal, estadual e municipal nas ações voltadas para controle do desmatamento.

Em relação ao mecanismo conhecido como redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), André Corrêa explicou que vai procurar criar incentivos para que haja recursos para financiar esforços de redução de desmatamento e estabelecer uma lógica de mercado que também incentive a redução.

O embaixador se posicionou contra a compensação da redução das emissões por meio dos créditos de carbono. Ele explicou que a ideia do REDD é pagamento por redução de emissões de desmatamento e disse que, se a redução for trocada por uma autorização para outro país emitir, não haverá redução efetiva de emissões.

Sobre o pagamento por serviços ambientais (PSA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que o Executivo precisa construir uma proposta.



Fernando Collor (E), presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, e Jayme Campos, relator

Comissão de Inteligência quer ouvir FHC sobre lista de Furnas

A CCAI também aprovou requerimento do deputado Jilmar Tatto (PT-SP) para que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso seja convidado a prestar esclarecimentos sobre suposto esquema de corrupção do início dos anos 2000, conhecido como “lista de Furnas”.

Convocações sobre a Operação Porto Seguro foram rejeitadas

Foram rejeitados pela CCAI requerimentos de convocação da chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams; e da ex-chefe da Secretaria-Geral da Presidência em São Paulo Rosemary Noronha, para falar sobre a Operação Porto Seguro.

Gurgel poderá falar sobre as atividades do Ministério Público

Foi aprovado ainda requerimento do presidente da CCAI, Fernando Collor (PTB-AL), de convite ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para falar sobre a “confluência das atividades de inteligência com o papel do Ministério Público e da Polícia Federal”.

Esclarecimentos sobre denúncia de caso de espionagem na Abin

A CCAI decidiu que vai ouvir o general José Elito Siqueira, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Trezza, sobre denúncias de espionagem e hackeamento de senhas na agência.

Estudo de entidade internacional auxiliará decisões do governo

O consultor da Globe International, Ludovino Lopes, afirmou que o estudo da organização sobre legislação e manejo ambiental abrange temas como arranjo institucional e participação pública no tema, regulamentação do mercado de redução de emissões e regulamentação dos direitos sobre o carbono.

Lopes explicou que é preciso esclarecer quatro questões jurídicas: quem é o proprietário da terra, quem é o titular do carbono, quem tem o direito à transferência do carbono e quem tem direito a receber a remuneração pelo carbono.

Thais Narciso, gerente da Globe, explicou que a organização — que discute ações legislativas relativas à questão ambiental e às mudanças climáticas — pretende promover no Brasil uma interlocução com o Executivo e a sociedade, já que o debate legislativo já se encontra avançado. Ela afirmou que o estudo da organização deve ser lançado no começo de 2013.

Cícero Lucena (PSDB-PB), que preside a Globe no Brasil, afirmou que o ressurgimento do tema no Legislativo é importante para o desenvolvimento sustentável do país.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Para Anatel, telefonia celular melhorou pouco

Presidente da agência reguladora afirmou que aumento dos investimentos das operadoras foi insuficiente e que elas serão multadas se não atingirem metas de qualidade

O PRESIDENTE DA Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende, disse ontem em audiência pública que os investimentos das operadoras de celular e internet de banda larga aumentaram, mas ainda há muito a melhorar. A audiência foi feita pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Rezende disse que, após a medida cautelar imposta às operadoras, exigindo-lhes planos de investimento, em razão de várias falhas na prestação de serviço de telefonia móvel, houve uma pequena melhora, ainda aquém do esperado.

— As operadoras têm que buscar uma forma de melhorar consideravelmente os níveis de atendimento, tanto para suportar a infraestrutura de rede como para atender o usuário — afirmou o presidente da agência reguladora.

Rezende acrescentou que as empresas que não alcançarem as metas de qualidade

estabelecidas pela Anatel serão multadas.

Para o diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Eduardo Levy, as falhas se dão especialmente por falta de pontos de cobertura em determinados locais, sendo necessária a

instalação de novas antenas.

O diretor do Sinditelebrasil exaltou o projeto PLS 293/12, do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que vai permitir a instalação de novas antenas para a tecnologia de telefonia móvel de quarta geração (4G).

— A rapidez com que isso efetivamente tramitou aqui no Senado para nós é um motivo

de muita alegria, e o próprio texto é um texto que nós entendemos que vai trazer vantagens e facilidades — afirmou Levy.

Walter Pinheiro (PT-BA), que presidiu a audiência, encerrou o encontro com a aprovação de um requerimento para que o relatório de Eduardo Braga (PMDB-AM) sobre o projeto das antenas

seja deliberado, pelas quatro comissões nas quais tramita, em reunião prevista para hoje. Dela participarão os senadores integrantes da CCT e das Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).



Eduardo Braga fala na audiência pública sobre telefonia celular, observado por João Batista de Rezende (Anatel), Walter Pinheiro e Eduardo Levy (Sinditelebrasil)

Em mensagens enviadas pelo Alô Senado, maior queixa é queda de ligações

Na audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia sobre a qualidade da telefonia celular, os cidadãos puderam se manifestar — por meio do 0800, do Twitter, do site e do Facebook do Alô Senado.

Walter Pinheiro, que presidiu a audiência, leu algumas das manifestações e as encaminhou à Anatel para que o órgão as responda.

Entre as dúvidas e reclamações da população, o senador citou a venda casada de TV a cabo com internet e celular, o sinal ruim em algumas áreas do país, a dificuldade de fazer ligações de celular para números especiais de instituições públicas, o elevado custo de ligações de uma operadora para outra e

os problemas com planos e promoções.

Pinheiro apresentou o resultado da participação popular pelo Alô Senado na última audiência, em 8 de agosto, sobre as principais reclamações dos usuários de telefonia celular. O motivo “vencedor” foi a queda de chamadas — 30,61% das reclamações.

O presidente da Anatel, João Batista Rezende, explicou que a medida cautelar contra as operadoras foi feita com base no excesso de quedas nas chamadas. Segundo a agência, após a cautelar, as ligações já atingiram a meta estipulada, mas o

acesso à internet pelo celular ainda está 4% abaixo do que a Anatel determina.

— Se não houver investimento pesado em infraestrutura, dificilmente teremos a garantia da qualidade — disse Rezende.

A partir de março, segundo ele, começa a valer uma medida da Anatel que obriga as operadoras a não cobrar ligações sucessivas feitas num intervalo de 120 segundos após quedas de chamadas.

Segundo o diretor-executivo do Sinditelebrasil, Eduardo Levy, as quedas nas chamadas acontecem por falta de ponto

de cobertura no local, devido à ausência de regras.

— A ausência de um ponto de cobertura pode vir das próprias regras que fizeram com que nós, ao comprarmos as outorgas, pudéssemos fazer o atendimento deixando áreas sem cobertura por falta de exigência do próprio edital.

Para Levy, a forma de resolver o problema seria por nova outorga ou instalação de mais infraestrutura. Ele chama a atenção também para o crescimento das telecomunicações no país, que é forte devido à infraestrutura em implantação.

— Estamos investindo na razão de R\$ 63 milhões por dia. É difícil encontrar um setor que faça esse volume de investimento.

Sindicato diz que editais de outorga tinham brecha para que áreas do país ficassem sem sinal

Votação do projeto de lei das antenas será acelerada

O projeto que trata das políticas urbana, ambiental e de saúde para a instalação de novas antenas de telecomunicações será apreciado hoje, de forma conjunta, pelas Comissões de Desenvolvimento Regional (CDR), de Meio Ambiente (CMA), de Assuntos Sociais (CAS) e de Ciência e Tecnologia (CCT). A proposta (PLS 293/12) é de Vital do Rêgo e receberá decisão terminativa da CCT. O requerimento para análise conjunta, de iniciativa do relator na CDR, Eduardo Braga, e do presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT) foi aprovado pela CAS ontem.

Técnicos alertam para supervisão de obras no São Francisco

A estimativa do governo de concluir a transposição do Rio São Francisco em 2015 só será cumprida se houver melhoria na gestão de contratos por parte do Ministério da Integração Nacional e reforço na supervisão das obras.

O alerta foi feito ontem por representantes da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) em audiência da comissão especial externa do Senado para acompanhamento da transposição.

— O que vai determinar o prazo é o sucesso do modelo de gestão apresentado. Já houve déficits de gestão

consideráveis no projeto — afirmou o coordenador-geral de Auditoria da Área de Integração Nacional da CGU, Luiz Cláudio de Freitas.

Na terça-feira, os senadores da comissão haviam recebido o ministro Fernando Bezerra, que previu a conclusão do projeto em três anos.

A titular da 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras do TCU, Juliana Carvalho, concordou com o representante da CGU.

— O projeto pode ser bem feito, bem formulado e coerente. Mas se não houver o devido acompanhamento e fiscalização, certamente haverá atrasos e paralisações — disse.

A integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste visa levar água a municípios de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Orçado atualmente em R\$ 8,2 bilhões,

o projeto inclui a construção de 700 quilômetros de canais.

A iniciativa, entretanto, é polêmica. Os críticos apontam possíveis danos ambientais e o alto custo do empreendimento, que beneficiaria

somente grandes fazendeiros e latifundiários. A comissão especial do Senado foi proposta por Cícero Lucena (PSDB-PB). O presidente é Vital do Rêgo (PMDB-PB) e o relator, Humberto Costa (PT-PE).



Senadores Humberto e Vital e a representante do TCU, Juliana Carvalho, acompanham exposição de Luiz Freitas, da CGU



Presidente da CCJ, Eunício (E) explica que foi feito acordo com o relator Ricardo Ferraço em favor de proposta da Câmara

Motorista alcoolizado pode ter punição mais rigorosa

Proposta aprovada na CCJ aumenta a multa e prevê a apreensão da carteira. A “tolerância zero”, que proibia a condução de veículo para quem ingerisse qualquer quantidade de bebida alcoólica, foi rejeitada

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto da Câmara que aumenta a multa e prevê a apreensão da carteira para quem dirigir sob efeito de bebida alcoólica. O texto representa mudança em relação ao relatório original do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que estipulava “tolerância zero” ao proibir a condução de veículo para quem tiver qualquer concentração de álcool no sangue.

A comissão seguiu voto do relator ad hoc (indicado para ler a proposta), Eduardo Braga (PMDB-AM), que considerou a solução da Câmara (PLC 27/12) a possível no momento.

— Não podemos desprezar os meses que estão por vir. Como é largamente sabido, o número de acidentes de trânsito devido ao consumo abusivo de álcool aumenta significativamente no final do ano. Estamos diante de uma oportunidade de darmos um tratamento mais efetivo à questão e temos de aproveitar — argumentou Braga.

A multa de R\$ 1.915,38 será aplicada em dobro em caso de reincidência. A matéria segue ao Plenário do Senado em regime de urgência.

Segundo o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), entendimento prévio com Ricardo Ferraço,

relator original do projeto, permitiu que se abrisse mão da tolerância zero.

Braga lembrou que a adoção de maior rigor na punição de motoristas alcoolizados já constava do PLS 48/11, do próprio Ferraço, que acabou sendo arquivado pela Câmara.

— Insistiremos numa posição polêmica, não consensual? Ou transformaremos logo em lei uma medida razoável? — questionou Braga.

A proposta da Câmara avança ainda ao admitir outros meios de prova além do bafômetro, como foto e vídeo. A expectativa é de que a presidente Dilma Rousseff sancione a lei ainda este ano.

Aprovada criação de faixa exclusiva para motocicletas

A criação de faixa exclusiva para circulação de motocicletas em vias de tráfego intenso também foi aprovada pela CCJ. O projeto, do senador Jorge Viana (PT-AC), muda o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O relator da matéria (PLS 346/12), senador Marco Antônio Costa (PSD-TO), recomendou a aprovação com quatro emendas incorporadas durante votação do texto pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Uma alteração é classificar como infração grave, sujeita a multa, transitar com motocicleta, motoneta e ciclomotores fora da faixa ou pista exclusiva.

Marco Antônio também explicou no parecer que a proposta atribui aos municípios a implantação da faixa exclusiva.

A decisão da CCJ foi terminativa. Ou seja, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o projeto seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Homenagem a Santos Dumont em aeroportos e bases

Aeroportos e bases aéreas poderão ser obrigados a manter, em local visível, permanente homenagem a Alberto Santos Dumont. A medida consta de substitutivo da Câmara ao PLS 402/05, aprovado ontem pela CCJ. O texto segue para a Comissão de Educação (CE). A proposta foi apresentada pelo senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ). Para ele, Santos Dumont não é devidamente conhecido pelas novas gerações.

Sustentabilidade no desempate de licitação

Certificado de sustentabilidade ambiental poderá ser usado como critério de desempate em compras públicas, segundo projeto (PLS 25/07) aprovado pela CCJ em votação final.

A certificação ambiental exigida deverá ser emitida por entidade com competência reconhecida por órgão federal de metrologia, normalização

e qualidade industrial. Outra alteração na Lei de Licitações (Lei 8.666/93) passará a exigir dos concorrentes o domínio de técnicas específicas de conservação sempre que a obra, o serviço ou o produto licitado envolver potencial dano à biodiversidade e ao ecossistema.

— O Senado não pode ignorar as demandas prementes e vitais

pela conservação ambiental, e a alteração pretendida configurará-se em poderoso instrumento de indução empresarial nesse sentido — afirmou o relator, Anibal Diniz (PT-AC).

O PLS 25/07 segue agora para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Desconhecimento é raiz do preconceito contra ciganos

Debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH) mostrou que a falta de informação sobre as tradições e o modo de vida das etnias ciganas alimenta a discriminação e o preconceito.

O procurador Luciano Mariz Maia relatou situações de conflitos em que ciganos foram responsabilizados por atitudes que não praticaram apenas por carregarem rótulos de “vadios e desocupados”. Para o procurador, muitos desses rótulos se devem a especificidades do modo de vida cigano, como a itinerância e o fato de viverem e se reproduzirem dentro de seus grupos, falando uma língua própria.

— Os ciganos dialogam com a sociedade sem se misturar, sendo vistos como forasteiros, estranhos, sempre de passagem. E o que não se conhece gera desconfiança, medo e preconceito — disse.

De acordo com Cláudio Iovanovitchi, presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana de Curitiba, o preconceito vem de lendas e mitos sobre os ciganos, como o que associa esses

grupos ao roubo de crianças, e é alimentado até mesmo nas escolas, por informações erradas em livros didáticos.

Marlete Queiroz, presidente da Associação Nacional das Etnias Ciganas, ressaltou que não há, no censo demográfico, a opção para registro da origem cigana e relatou dificuldades de atendimento em hospitais públicos para os integrantes de comunidades que não têm certidão de nascimento. “E em muitos casos, pela falta de endereço fixo, não é possível o acesso à educação”, completou.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse que enviará ofício ao IBGE pedindo a inclusão da opção no censo e a realização de levantamentos sobre as comunidades ciganas no Brasil.

Representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), Silvany Euclênio Silva reconheceu que programas voltados a comunidades ciganas são recentes, mas disse que o governo federal tem buscado ações que articulem os diversos ministérios para atendê-las.



Cláudio Iovanovitchi, Paulo Paim e Marlete Queiroz em debate na CDH

Paim anuncia que estatuto será debatido nos estados

Audiências públicas sobre as diferentes realidades enfrentadas pelas comunidades ciganas em cada localidade serão realizadas nos estados brasileiros ao longo de 2013, reunindo sugestões para elaboração de um estatuto dos povos ciganos, anunciou Paulo Paim. O presidente da CDH destacou a necessidade de entendimentos quanto às soluções para os problemas enfrentados pelos ciganos, algumas da alçada das prefeituras e outras dos governos estaduais ou do governo federal.

— Haveremos de construir uma legislação que garanta a cidadania plena aos povos

ciganos, que hoje eles não têm — frisou.

Para o procurador Luciano Mariz Maia, são muitos os aspectos a ser tratados, como o uso das cidades para os acampamentos ciganos, o acesso ao ensino dentro dos princípios da diversidade e do modo de vida das comunidades. Também durante o debate na CDH, Paul Singer, do Ministério do Trabalho, fez um apelo aos representantes dos ciganos.

— Para podermos interagir com vocês e aprender tudo o que vocês podem nos ensinar, vocês têm que se organizar melhor — disse.

Paim espera votar o estatuto no Senado até o fim de 2013.